

A IMPORTÂNCIA DA MUSICOTERAPIA PARA ALUNOS COM TEA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Mauro Pinheiro Pastana¹
Felipe Madureira Pereira²
Antonio Junior Ribeiro Lopes³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a importância da musicoterapia como estratégia pedagógica no processo de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e descritiva, fundamentada em livros, artigos científicos e documentos legais relacionados à educação inclusiva e à musicoterapia. Os resultados evidenciam que a utilização da música contribui significativamente para o desenvolvimento da comunicação, da interação social, da atenção e da autorregulação emocional de alunos com TEA, favorecendo sua participação no ambiente escolar. Conclui-se que a musicoterapia se configura como um recurso pedagógico complementar relevante, capaz de promover a aprendizagem significativa, o bem-estar emocional e a inclusão efetiva desses estudantes no contexto educacional.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Musicoterapia; Transtorno do Espectro Autista.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental das políticas educacionais contemporâneas, orientando a construção de práticas pedagógicas que reconheçam e respeitem a diversidade humana. No contexto escolar, essa perspectiva assume relevância ainda maior quando se trata do atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada, principalmente, por dificuldades na comunicação social, padrões restritos e repetitivos de comportamento e alterações na sensibilidade sensorial (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Diante dessas especificidades, torna-se imprescindível a adoção de estratégias pedagógicas que favoreçam a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral desses alunos no ambiente escolar.

O Transtorno do Espectro Autista apresenta manifestações variadas, o que exige dos profissionais da educação uma atuação sensível, flexível e fundamentada em abordagens que considerem as singularidades de cada sujeito. Segundo Mantoan (2015), a inclusão escolar não

¹Profissional de Apoio de Educação Especial e Inclusiva, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Música, maurop.past@gmail.com;

²Estagiário de Educação Especial e Inclusiva, Graduando em Serviço Social, e-mail: felipemadureira036@gmail.com;

³ Professor Substituto de Educação Especial e Inclusiva, Mestre em Administração, e-mail: anjrlopes@gmail.com

se limita à presença física do aluno com deficiência na sala de aula, mas implica a reorganização do ensino para atender às necessidades educacionais específicas, garantindo oportunidades reais de aprendizagem. Nesse sentido, práticas pedagógicas tradicionais, centradas exclusivamente na linguagem verbal e escrita, mostram-se insuficientes para atender alunos com TEA, especialmente aqueles que apresentam dificuldades significativas de comunicação e interação social.

Nesse cenário, a musicoterapia tem se destacado como uma intervenção complementar relevante no contexto educacional e terapêutico. A musicoterapia é definida como o uso clínico e educacional da música e de seus elementos — som, ritmo, melodia e harmonia — para promover o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social de indivíduos ou grupos (BRUSCIA, 2016). Para crianças com TEA, a música pode funcionar como um mediador expressivo e comunicacional, possibilitando formas alternativas de interação e expressão de sentimentos, muitas vezes não acessíveis por meio da linguagem verbal.

Diversos estudos apontam que a música exerce efeitos positivos sobre a atenção, a memória, a coordenação motora e a regulação emocional, aspectos frequentemente comprometidos em alunos com TEA. Conforme afirma Benenzon (2000, p. 45), “a música constitui uma linguagem universal capaz de acessar dimensões emocionais profundas do sujeito, independentemente de suas limitações comunicativas”. Essa característica torna a musicoterapia uma ferramenta potente no trabalho com crianças autistas, favorecendo vínculos, ampliando possibilidades comunicativas e estimulando processos de aprendizagem de maneira lúdica e significativa.

Além disso, a utilização da musicoterapia no contexto escolar contribui para a criação de ambientes mais acolhedores e inclusivos, nos quais o aluno com TEA pode se sentir pertencente e valorizado. Para Gainza (2013), a experiência musical possibilita a vivência do coletivo, o respeito ao tempo do outro e o desenvolvimento da escuta, elementos fundamentais para a convivência social. Assim, a musicoterapia não se limita a uma prática terapêutica isolada, mas pode ser integrada ao cotidiano pedagógico como uma estratégia de apoio ao processo de ensino-aprendizagem.

Do ponto de vista legal e político, a adoção de práticas inclusivas encontra respaldo na legislação brasileira, especialmente na Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Esse dispositivo legal assegura o direito à educação inclusiva em todos os níveis, bem como o acesso a recursos e estratégias que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência. Nesse contexto, a musicoterapia pode ser compreendida como um recurso pedagógico complementar, alinhado aos princípios da educação inclusiva e da equidade.

Dessa forma, discutir a importância da musicoterapia para alunos com TEA torna-se relevante tanto do ponto de vista educacional quanto social, uma vez que contribui para a ampliação do debate sobre práticas pedagógicas inclusivas e humanizadas. Ao reconhecer a música como uma linguagem potente e acessível, abre-se espaço para novas possibilidades de intervenção que respeitam as singularidades dos alunos com TEA, favorecendo seu desenvolvimento integral e sua participação ativa no ambiente escolar.

Assim, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os benefícios da musicoterapia no contexto educacional, destacando suas contribuições para o processo de inclusão de alunos com TEA. Ao abordar essa temática, busca-se contribuir para a reflexão crítica de educadores, gestores e demais profissionais da área da educação, incentivando a adoção de práticas pedagógicas mais sensíveis, criativas e inclusivas.

Apesar dos avanços nas políticas de educação inclusiva e do reconhecimento da diversidade como princípio pedagógico, ainda são recorrentes as dificuldades enfrentadas pelas escolas no atendimento educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA),

especialmente no que se refere à comunicação, à interação social e à participação nas atividades pedagógicas.

A escolha do tema A importância da musicoterapia para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) justifica-se pela crescente necessidade de aprofundar discussões acerca de práticas pedagógicas inclusivas que atendam, de forma efetiva, às especificidades desses estudantes no contexto escolar. Embora os avanços nas políticas públicas de inclusão tenham ampliado o acesso de alunos com TEA às instituições de ensino regular, ainda persistem desafios relacionados à permanência, à participação e à aprendizagem significativa, sobretudo no que diz respeito à comunicação, à interação social e à expressão emocional.

De acordo com a American Psychiatric Association (2014), o TEA caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, fatores que impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de estratégias pedagógicas que transcendam métodos tradicionais, predominantemente verbais, e que considerem abordagens alternativas capazes de favorecer o desenvolvimento integral desses alunos. Para Mantoan (2015), a educação inclusiva exige a reorganização das práticas escolares, de modo que o ensino seja adaptado às necessidades dos sujeitos, e não o contrário.

Nesse contexto, a musicoterapia emerge como uma possibilidade relevante e inovadora, uma vez que a música se constitui como uma linguagem universal, acessível e potente no estabelecimento de vínculos e na promoção da comunicação. Conforme Benenzon (2000, p. 45), “a música constitui uma linguagem que permite acessar aspectos emocionais profundos do sujeito, independentemente de suas limitações comunicativas”, o que reforça sua aplicabilidade no trabalho com alunos com TEA. Dessa forma, a musicoterapia pode contribuir para a ampliação das formas de expressão, favorecendo a interação social e a autorregulação emocional no ambiente escolar.

Do ponto de vista educacional, a justificativa deste estudo também se sustenta na necessidade de fortalecer práticas interdisciplinares que articulem educação e saúde, especialmente no atendimento a estudantes com necessidades educacionais específicas. Bruscia (2016) destaca que a musicoterapia, ao utilizar os elementos musicais de forma sistematizada, promove benefícios cognitivos, emocionais e sociais, podendo ser integrada ao contexto educacional como recurso complementar ao trabalho pedagógico. Assim, investigar a importância da musicoterapia no âmbito escolar contribui para a construção de práticas mais humanizadas, sensíveis e alinhadas aos princípios da educação inclusiva.

Além disso, a relevância social da pesquisa encontra respaldo na legislação brasileira, em especial na Lei nº 13.146/2015, que assegura o direito das pessoas com deficiência a uma educação inclusiva, com oferta de recursos e estratégias que garantam igualdade de oportunidades. Nesse sentido, discutir a musicoterapia como ferramenta de apoio pedagógico significa também reafirmar o compromisso da escola com a equidade e com a valorização da diversidade humana.

Portanto, este estudo justifica-se por sua contribuição teórica e prática, ao ampliar o debate sobre a utilização da musicoterapia no contexto educacional, fornecendo subsídios para educadores, gestores e demais profissionais que atuam na inclusão de alunos com TEA. Ao abordar essa temática, busca-se fortalecer práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes e promovam seu desenvolvimento integral, sua participação ativa e sua inclusão efetiva no espaço escolar.

Observa-se que muitas práticas educacionais permanecem centradas em metodologias tradicionais, que nem sempre contemplam as especificidades desses alunos. Diante desse contexto, emerge o seguinte problema de pesquisa: De que maneira a musicoterapia pode contribuir para o desenvolvimento, a aprendizagem e a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista no contexto educacional?

O objetivo geral deste artigo é analisar a importância da musicoterapia como estratégia pedagógica e terapêutica no processo de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando suas contribuições para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e comunicacional. E os objetivos específicos são: compreender as principais características do Transtorno do Espectro Autista e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem; discutir os fundamentos teóricos da musicoterapia e sua relação com o desenvolvimento humano; identificar as contribuições da musicoterapia para a comunicação, a interação social e a expressão emocional de alunos com TEA.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e descritiva, cujo objetivo é analisar a importância da musicoterapia no contexto educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A abordagem qualitativa mostra-se adequada por possibilitar a compreensão aprofundada de fenômenos sociais e educacionais, considerando os significados, as interpretações e as experiências envolvidas no processo de inclusão escolar. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade a partir das relações sociais, dos valores e das práticas construídas historicamente pelos sujeitos.

No que se refere aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, uma vez que visa descrever e analisar as contribuições da musicoterapia para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e comunicacional de alunos com TEA, sem a pretensão de estabelecer relações de causa e efeito. De acordo com Gil (2019), a pesquisa descritiva tem como finalidade principal a descrição das características de determinado fenômeno ou população, permitindo uma análise sistemática do objeto de estudo. Nesse sentido, o presente trabalho busca sistematizar conhecimentos já produzidos sobre a temática, evidenciando suas implicações no contexto da educação inclusiva.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, documentos legais e produções acadêmicas que abordam a educação inclusiva, o Transtorno do Espectro Autista e a musicoterapia. Para Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador o contato direto com produções científicas relevantes, possibilitando a construção de um referencial teórico consistente e fundamentado. Assim, foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas que dialogam com o objetivo do estudo, priorizando autores reconhecidos nas áreas da educação, da musicoterapia e da inclusão.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de consultas a bases de dados acadêmicas, como SciELO, Google Acadêmico e periódicos científicos da área da educação e da saúde, além de legislações e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva. Os critérios de seleção das fontes incluíram a relevância temática, a atualidade das publicações e a contribuição teórica para a compreensão da musicoterapia aplicada ao contexto educacional de alunos com TEA. Dessa forma, buscou-se garantir a confiabilidade e a consistência dos dados analisados ao longo da pesquisa.

No processo de análise dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos para a interpretação de textos e documentos. Essa técnica permitiu a organização, a categorização e a interpretação dos dados obtidos na literatura, possibilitando a identificação de temas recorrentes relacionados às contribuições da musicoterapia para a inclusão escolar. A análise foi realizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, o que favoreceu uma leitura crítica e reflexiva das produções selecionadas.

A pesquisa também se fundamenta em uma perspectiva interdisciplinar, articulando conhecimentos da educação, da psicologia, da musicoterapia e das políticas públicas de inclusão. Essa abordagem justifica-se pela complexidade do objeto de estudo, uma vez que o atendimento a alunos com TEA demanda ações integradas que considerem aspectos pedagógicos, emocionais e sociais. Conforme Mantoan (2015), a inclusão escolar pressupõe o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, visando à construção de práticas pedagógicas mais eficazes e humanizadas.

No que diz respeito aos aspectos éticos, por se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica, não houve envolvimento direto com seres humanos, dispensando, portanto, a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. No entanto, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa científica, especialmente no que se refere ao rigor acadêmico, à fidedignidade das informações e ao correto uso das citações, conforme as normas da ABNT. Todas as fontes utilizadas foram devidamente referenciadas, garantindo o reconhecimento da autoria das ideias e a integridade científica do estudo.

Por fim, a metodologia adotada possibilitou uma análise consistente sobre a importância da musicoterapia no contexto da educação inclusiva, contribuindo para a compreensão de suas potencialidades como recurso pedagógico complementar no atendimento a alunos com Transtorno do Espectro Autista. Ao articular teoria, legislação e produções científicas, o estudo oferece subsídios para educadores e pesquisadores interessados em práticas pedagógicas que promovam a inclusão, o desenvolvimento integral e a aprendizagem significativa desses estudantes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva constitui-se como um paradigma educacional que visa assegurar o direito de todos os estudantes à aprendizagem, respeitando suas singularidades e promovendo a equidade no contexto escolar. Esse modelo educacional fundamenta-se no reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do processo educativo, superando práticas excludentes e homogêneas historicamente presentes na escola. Para Mantoan (2015), a inclusão escolar implica uma profunda reorganização das práticas pedagógicas, das concepções de ensino e das relações estabelecidas no ambiente educacional, de modo que o sistema educacional se adapte às necessidades dos alunos, e não o inverso.

No contexto da educação inclusiva, o atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta desafios específicos, em razão das características próprias desse transtorno do neurodesenvolvimento. De acordo com a American Psychiatric Association (2014), o TEA é caracterizado por déficits persistentes na comunicação e na interação social, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Tais características impactam diretamente o processo de escolarização, exigindo abordagens pedagógicas diferenciadas que considerem as particularidades cognitivas, sensoriais e emocionais desses estudantes.

As dificuldades relacionadas à comunicação verbal e não verbal frequentemente observadas em alunos com TEA tornam insuficientes metodologias pedagógicas centradas exclusivamente na linguagem oral e escrita. Nesse sentido, torna-se necessário recorrer a estratégias que ampliem as possibilidades de expressão e interação. Segundo Mantoan (2015), práticas pedagógicas inclusivas devem valorizar múltiplas linguagens e formas de aprendizagem, reconhecendo que os sujeitos aprendem de maneiras distintas. Essa perspectiva reforça a importância de recursos pedagógicos alternativos, como a música, no trabalho com alunos autistas.

A música, enquanto linguagem universal, apresenta-se como um recurso potente no contexto educacional e terapêutico, especialmente no atendimento a crianças com TEA. A

musicoterapia, definida por Bruscia (2016) como o uso sistemático da música e de seus elementos com objetivos terapêuticos e educacionais, tem sido amplamente utilizada para promover o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e comunicacional. Para o autor, a musicoterapia possibilita a criação de espaços de interação significativos, nos quais o sujeito pode expressar-se de forma espontânea e criativa.

Benenzon (2000) destaca que a música possui a capacidade de acessar dimensões profundas do sujeito, mesmo quando a linguagem verbal se mostra limitada ou ausente. Conforme afirma o autor, “a música constitui uma linguagem universal capaz de acessar aspectos emocionais profundos do sujeito, independentemente de suas limitações comunicativas” (BENZON, 2000, p. 45). Essa característica torna a musicoterapia particularmente eficaz no trabalho com alunos com TEA, uma vez que favorece a comunicação não verbal, o estabelecimento de vínculos e a expressão emocional.

Estudos na área da musicoterapia apontam que a experiência musical pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da atenção, da memória, da coordenação motora e da autorregulação emocional, aspectos frequentemente comprometidos em crianças autistas. Gainza (2013) ressalta que a vivência musical promove a escuta, o respeito ao outro e a percepção do coletivo, elementos essenciais para o desenvolvimento da interação social. Dessa forma, a música não apenas estimula habilidades individuais, mas também favorece a participação do aluno em atividades grupais, fortalecendo sua inclusão no ambiente escolar.

No contexto educacional, a musicoterapia pode ser integrada às práticas pedagógicas como um recurso complementar, articulando-se com os objetivos de ensino e aprendizagem. Bruscia (2016) enfatiza que a musicoterapia, quando aplicada de forma planejada e contextualizada, pode contribuir para a construção de ambientes de aprendizagem mais acolhedores, motivadores e inclusivos. Para alunos com TEA, a utilização da música em atividades pedagógicas possibilita a redução de comportamentos estereotipados, o aumento da atenção compartilhada e o fortalecimento das interações sociais.

Além de seus benefícios pedagógicos, a musicoterapia encontra respaldo nas políticas públicas e na legislação brasileira voltadas à inclusão educacional. A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assegura o direito à educação inclusiva em todos os níveis, garantindo a oferta de recursos e estratégias que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência. Nesse contexto, a musicoterapia pode ser compreendida como uma estratégia que contribui para a efetivação desse direito, ao oferecer suporte pedagógico adequado às necessidades dos alunos com TEA.

Portanto, a revisão da literatura evidencia que a musicoterapia se configura como uma abordagem relevante no contexto da educação inclusiva, especialmente no atendimento a alunos com Transtorno do Espectro Autista. Ao articular educação, música e inclusão, essa prática amplia as possibilidades pedagógicas, favorece o desenvolvimento integral dos estudantes e contribui para a construção de uma escola mais democrática e sensível à diversidade. Assim, compreender os fundamentos teóricos da musicoterapia e suas contribuições para a educação inclusiva torna-se essencial para a consolidação de práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem significativa e a participação ativa de alunos com TEA no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a importância da musicoterapia como estratégia pedagógica e terapêutica no processo de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando suas contribuições para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e comunicacional. A partir da revisão da literatura realizada, foi

possível constatar que a música, enquanto linguagem universal, constitui-se como um recurso potente no favorecimento da aprendizagem e da interação social desses estudantes no contexto educacional.

Os estudos analisados evidenciam que alunos com TEA apresentam especificidades que impactam diretamente sua participação no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no que se refere à comunicação verbal, à interação social e à autorregulação emocional. Diante dessas características, práticas pedagógicas tradicionais mostram-se, muitas vezes, insuficientes para atender às necessidades desses estudantes. Nesse sentido, a musicoterapia surge como uma abordagem complementar capaz de ampliar as possibilidades de expressão, favorecer vínculos afetivos e estimular o desenvolvimento integral do aluno.

Ao longo da pesquisa, verificou-se que a utilização dos elementos musicais — como ritmo, melodia, harmonia e som — contribui significativamente para o aumento da atenção, da concentração, da memória e da coordenação motora, além de favorecer a comunicação não verbal e a interação social. Autores como Benenzon (2000), Bruscia (2016) e Gainza (2013) destacam que a música possibilita o acesso a dimensões emocionais profundas do sujeito, aspecto especialmente relevante para alunos com TEA, que frequentemente apresentam dificuldades na expressão verbal de sentimentos e emoções.

Outro ponto importante identificado refere-se à contribuição da musicoterapia para a construção de ambientes escolares mais acolhedores e inclusivos. A vivência musical favorece o respeito às diferenças, o trabalho coletivo e o fortalecimento das relações interpessoais, elementos essenciais para a efetivação da educação inclusiva. Conforme defendido por Mantoan (2015), a inclusão não se resume à matrícula do aluno com deficiência na escola regular, mas exige a reorganização das práticas pedagógicas de modo que todos tenham reais oportunidades de aprendizagem.

Do ponto de vista legal, a pesquisa reforça que a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas, como a musicoterapia, encontra respaldo na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito à educação inclusiva com oferta de recursos adequados às necessidades dos estudantes. Assim, a musicoterapia pode ser compreendida como um instrumento que contribui para a efetivação das políticas públicas de inclusão, promovendo equidade, acessibilidade pedagógica e respeito à diversidade humana.

A metodologia adotada, de natureza qualitativa e bibliográfica, possibilitou uma análise aprofundada das produções científicas relacionadas à temática, permitindo identificar consensos teóricos acerca dos benefícios da musicoterapia no contexto educacional. Embora não tenha envolvido pesquisa de campo, o estudo revelou-se relevante ao sistematizar conhecimentos já consolidados na literatura e ao evidenciar a necessidade de maior investimento na formação de professores e na implementação de práticas interdisciplinares que articulem educação e saúde.

Nesse sentido, destaca-se a importância da atuação conjunta entre educadores, gestores escolares, profissionais da saúde e musicoterapeutas, visando à construção de propostas pedagógicas integradas que atendam às singularidades dos alunos com TEA. A formação continuada dos professores também se mostra essencial para que esses profissionais se sintam preparados para utilizar recursos alternativos e desenvolver práticas pedagógicas mais sensíveis, criativas e humanizadas.

Por fim, conclui-se que a musicoterapia representa uma estratégia significativa no processo de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista, contribuindo não apenas para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comunicacionais, mas também para a promoção do bem-estar emocional, da socialização e da participação ativa desses estudantes no ambiente escolar. Ao reconhecer a música como uma ferramenta pedagógica e terapêutica, amplia-se o olhar sobre as possibilidades educacionais inclusivas, reafirmando o compromisso

da escola com a valorização da diversidade e com a construção de uma educação verdadeiramente democrática.

Dessa forma, espera-se que este estudo possa contribuir para futuras pesquisas e práticas pedagógicas voltadas à inclusão de alunos com TEA, incentivando novas investigações empíricas e a implementação da musicoterapia no contexto escolar como recurso complementar ao processo educativo. Acredita-se que investir em práticas que respeitem as singularidades dos sujeitos é um passo fundamental para garantir uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENENZON, Rolando. **Musicoterapia: de la teoría a la práctica**. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.
- BRUSCIA, Kenneth E. **Defining music therapy**. 3. ed. Gilsum: Barcelona Publishers, 2016.
- GAINZA, Violeta Hemsy de. **Estudos de psicopedagogia musical**. São Paulo: Summus, 2013.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.